

# Muralhas Islâmicas de Tavira

Manuel Maia  
Campo Arqueológico de Tavira

## Introdução

AS origens da Tavira islâmica nada sabemos. Temos apenas conhecimento de que já existia no século XI e que nessa época era uma cidade economicamente pujante. Até ao século XII, porém, as fontes escritas são completamente omissas em relação a esta cidade e, praticamente, apenas os dados fornecidos pela arqueologia nos permitem saber da existência de população, neste local, em data anterior à obra de *Al Idrisi*.

Sobre o topónimo Tavira algo se tem especulado, ainda que sem qualquer base científica.

A primeira hipótese, fundamentada, sobre o topónimo e a origem da cidade, foi colocada pelo Prof. *Ahmed Tahiri*<sup>1</sup>, que relaciona o topónimo Tavira com o verbo *tabr* que significa esconder, abrigar. Tavira seria assim, a escondida, a abrigada, devido à sua posição topográfica e à sua situação face à barra e às ilhas barreira.

Próximo da actual cidade terá existido, segundo Abdallah Khawli (KHAWLI, A., 2001 b: 70-72), a alcaria *Jilla* ou *Gillah*<sup>2</sup>, "situada algures nas margens do Gilão". Esta seria a terra natal de Ibn Casi, o *muladi* que como *mahdi*, (Khawli, A., 2001 a: 23-25) liderou o movimento sofista no *Carb al Andalus*.

O topónimo *Gilão* (o mesmo que *Gião*), parece derivar do moçárabe *Gillah* que por sua vez tem a sua origem no antropónimo latino *Julianus*<sup>3</sup>.

Este nome está bem documentado na zona de Tavira, onde, na Fonte Salgada, foi sepultado um bispo do século X, *Julianus* (DIAS, M. M. A., 1999: 11-18). É possível que este bispo estivesse ligado a uma comunidade moçárabe estabelecida nas imediações de Tavira.<sup>4</sup>

Se se vier a comprovar que foi a alcaria *Gillah* que deu nome ao rio *Gilão* e considerando que este curso de água só recebe esta designação em frente da cidade de Tavira (até aí é conhecido como Asseca),

poderemos pensar que aquela alcaria se poderia implantar na margem esquerda do rio, talvez no alto de Santana.

No local onde se veio a erguer a cidade de Tavira, pequena colina que tinha já sido assentamento de um estabelecimento urbano fenício (MAIA, M. G. P., 1999/2000: 121-150) (onde, no período romano apenas terá existido uma *villa* rústica), até aos inícios do século XI, não existiria qualquer aglomerado populacional.

É minha convicção que a primeira edificação a erguer-se na colina genética terá sido o Castelo que guardava e dominava o vau do Gilão, porto da via romana<sup>5</sup> que de *Baesuris* se dirigia a *Balsa* e daí a *Ossonoba*.

Este *hisn*, de que existem ainda vestígios na face Oeste do Castelo<sup>6</sup>, teria como função defender a passagem do rio e, à sombra das suas muralhas, como aconteceu noutros locais do *al-Andalus*, começaram a instalar-se populações que aí se sentiam protegidas.

Talvez que os primeiros fossem uma comunidade de pescadores ou agricultores que, vivendo na margem esquerda, talvez em *Gillah*, exerciam a sua actividade no lado ocidental do rio.

### Uma Primeira Muralha

Até 1996, data da nossa primeira escavação em Tavira, nunca tinha havido qualquer intervenção arqueológica nesta cidade. As escavações que o Campo Arqueológico de Tavira vem realizando têm-se destinado mais a acorrer a emergências relacionadas com o evoluir da própria estrutura urbana do que a um projecto de investigação pré-estabelecido.

Assim as informações de que vamos dispor são as que fortuitamente coligimos no decurso dos trabalhos de minimização dos impactos da construção civil ou das prospecções realizadas, bem como da análise da topografia da cidade<sup>7</sup>.

A recolha, em escavações, de muito material do século XI, entre o qual se conta algum de grande qualidade como, por exemplo, a floreira, o cantil (MAIA, M. G. P., 1999) e o *Vaso de Tavira* (MAIA, M. G. P., 2000), para além de peças esmaltadas e com decoração a corda seca (IDEM, *ibid.*), demonstra que nesta cidade existia já uma sociedade abastada que dificilmente viveria num aglomerado desprovido de construções defensivas.

O perímetro muralhado anterior ao século XII seria muito mais pequeno do que a actual zona integrada na cintura defensiva.

Penso que seria o seguinte o traçado dessa muralha: seguindo os ponteiros do relógio e começando no Castelo; ela desceria para a zona da actual igreja de Santiago, muito possivelmente pelo declive onde agora se localiza a calçada dos Sete Cavaleiros ou então pelo local onde se situa a Igreja que aproveitaria, na sua face Leste um troço desta construção<sup>8</sup> (Fig. nº 1). Do local onde se implanta a igreja de Santiago seguiria na direcção do largo do Postigo e teria o mesmo traçado da actual muralha por detrás da rua António Viegas, passando por trás do convento da Graça e, na actual calçada de Santa Maria, subiria na direcção do Castelo, com o qual se ligava por uma construção de que ainda existem vestígios, junto da actual porta (Fig. nº 2), passando, muito possivelmente pelo Parque de Festas, na antiga cerca do Palácio da Galeria, junto do velho e inestético depósito de água.

O Castelo não estaria, como nunca esteve em período islâmico, dentro do perímetro muralhado, constituindo antes como que uma ponta, uma zona avançada, que controlava a barra e o curso inferior do Gilão.

Em trabalho apresentado em 2001 (MAIA, M.; MAIA, M.; C. A. T., 2002: 65-80), afirmámos que existiria um pano de muralha entre o castelo e a rua da Liberdade, o que actualmente não subscrevemos por considerarmos que o Castelo era um ponto de confluência das estruturas defensivas e que nada existiria para Sudoeste da alcáçova<sup>9</sup>. Também em relação ao posicionamento desta muralha cometemos um erro, ela não teria uma orientação Norte-Sul, mas sim tendencialmente Este-Oeste.

Este recinto muralhado seria provido, com forte possibilidade, de três portas: uma ao cimo da actual



Figura nº 1

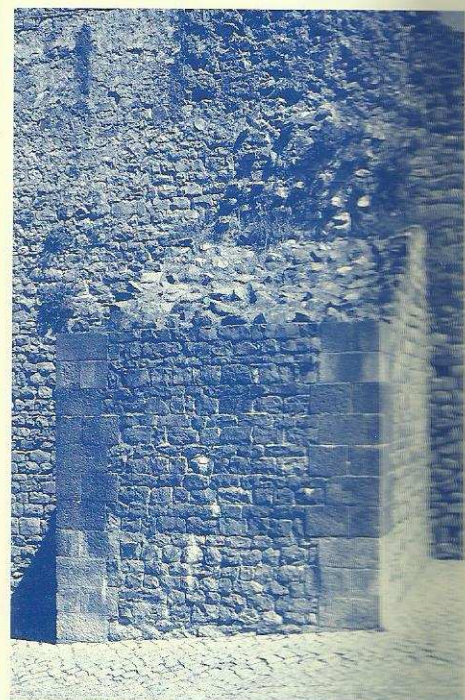
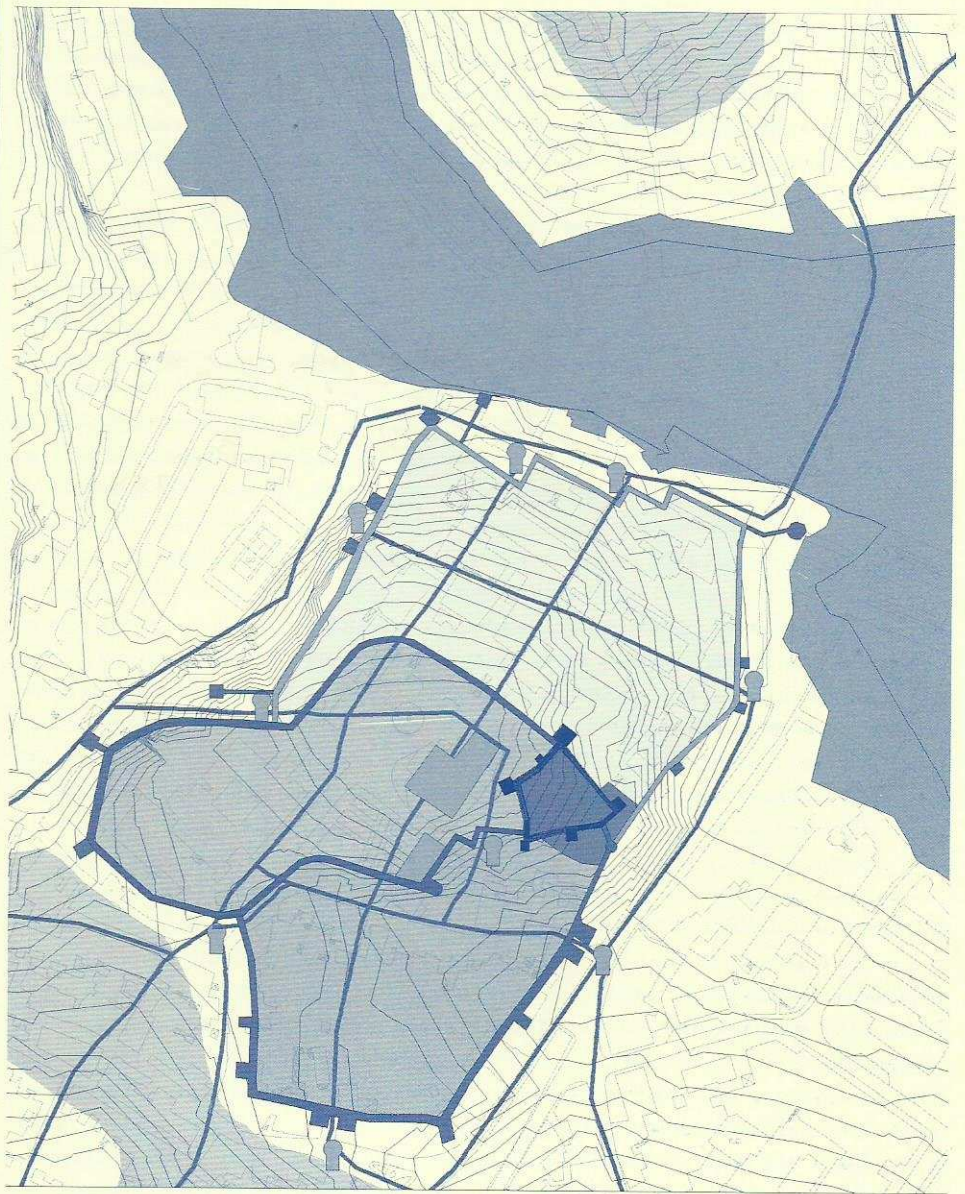



Figura nº 7 – Carta de Portugal / © Instituto Geográfico e Cadastral



- |   |   |   |  |
|---|---|---|--|
|  | Arruamentos modernos                          |  | Muros e área murada no período das Taifas II       |
|  | Cúrvas de nível actuais (equidistância de 1m) |  | Muros e área murada no período almóada e posterior |
|  | Zona submersa ou inundável na época           |  | Portas islâmicas com o nome medieval português     |
|  | Vias e arruamentos principais                 |  | Mesquitas  |
|  | Hiti, alcôvoa e barbica                       |  | Arrabaldes   |
|  | Muros e área murada almorávida                |   |  |

© Luis Frago da Silva  
 Campo Arqueológico de Tavira

calçada de Don' Ana, no ponto em que se cruza com a calçada de Santa Maria, permitiria o acesso ao rio e à zona da Bela Fria, por onde passaria a estrada romana, a via que, ainda no século XIII, conduziria para o Algarve Ocidental, é o trajecto que terá sido seguido pelos cavaleiros de Santiago quando se dirigiram às Antas para caçar: oposta a esta, existiria outra porta, muito possivelmente pelo actual largo do Postigo; pode-se colocar, ainda, a hipótese de uma outra porta, de acesso difícil, ao cimo da actual calçada dos Sete Cavaleiros, bem defendida pelo Castelo que a ela se adoçava.

Esta reconstituição de uma hipotética muralha anterior ao século XII baseia-se essencialmente na grelha viária e nos desníveis existentes que configuram o traçado de uma obra defensiva, como, por exemplo, o talude existente na parte inferior do jardim fronteiro à igreja de Santa Maria que se orienta na direcção da muralha erguida por trás do Largo do Postigo e da Rua António Viegas.

As fontes escritas do Período Islâmico não referem muralhas para Tavira antes da década de sessenta do século XII, mas no mais antigo texto que menciona Tavira, o *Nazm al-Jumân*, é afirmado que no ano de 1134 tropas de Sevilha e Tavira auxiliaram "Tâxfîn senhor de Córdova"<sup>10</sup>. É evidente que não se mencionam aqui quaisquer muralhas, mas é de realçar, como o faz Garcia Domingues<sup>11</sup>, o facto de as tropas de Tavira serem colocadas em pé de igualdade com as de Sevilha. O nosso arabista conclui que Tavira já existia no período Almorávida senão mesmo durante a época das Taifas<sup>12</sup>.

Não possuímos, por enquanto, provas de que Tavira existisse já no período das Taifas, mas a arqueologia demonstra que ela existia e com grande poder económico, em época almorávida.

Se no ano de 1134 foi possível mandar para Jerez um contingente militar a que é dado tanto relevo como ao de Sevilha, esse facto demonstra que Tavira possuía ao tempo uma forte guarnição.

Colocando-nos no espírito da época não acreditamos que um aglomerado urbano, com capacidade para enviar um contingente militar para uma zona relativamente afastada, não tivesse a sua própria guarnição defendida por muralhas.

Mais, esse contingente seria apenas uma parte e não necessariamente a mais importante, da força militar de Tavira. A cidade por certo não ia ficar desguarnecida.

### **A Muralha das Segundas Taifas**

Os trabalhos arqueológicos que vêm sendo realizados, pelo Campo Arqueológico de Tavira, demonstram que a cidade cresceu com grande rapidez e que, num curto período, se expandiu para fora do recinto muralhado. Pouco sabemos, ainda sobre a expansão para a face Ocidental da colina genética mas existem já testemunhos de que a população, ao longo da primeira metade do século XII, ocupou a encosta Leste, na direcção do rio.

Vários autores como Garcia Domingues<sup>13</sup> e A. Khawli (KHAWLI, A., 2001 a: 30-31) estranham o facto de Tavira se ter oposto aos almóadas e de ter resistido a três violentos cercos levantados por terra e por mar.

Ninguém que se debruce, com um mínimo de conhecimentos, sobre este episódio da História da cidade, acreditará ter sido apenas o pequeno castelo o factor de toda esta resistência. E mesmo que o tivesse sido existiriam, em Tavira, fortes vestígios da destruição provocada pelos sitiados, na cidade não defendida.

Mas existem provas de que aquando dos cercos levantados pelos almóadas Tavira era já uma cidade fortificada e com uma muralha defendendo uma área muito vasta.

As escavações realizadas, em 1996, na agência do extinto Banco Nacional Ultramarino, trabalhos em que foram atingidos níveis da ocupação turdetana, revelaram que, durante o século XI aqui terá funcionado uma lixeira ou vazadouro da cidade.

Como em todos os locais para onde foram lançados os lixos e entulhos de uma zona habitada, o espólio arqueológico era abundante e, algum, de grande qualidade como: o *Vaso de Tavira* (MAIA, M. G. P., 2000), a floreira, o cantil, para além de muitas outras que, apesar de menos espectaculares, se revestem de grande significado cronológico e histórico<sup>14</sup>.



Figura nº 3

Todo este material exumado demonstra a existência de uma Tavira em época anterior à que referem as Fontes e senhora de uma população abastada.

Sobre a lixeira e selando-a existia uma espessa camada de terra praticamente estéril. Na parte superior deste estrato estavam implantados os alicerces e esgotos das habitações de um bairro do século XII, como o comprovam os materiais recolhidos, que foi destruído para permitir a construção da muralha<sup>15</sup>.

Em trabalho recente afirmei que esta construção defensiva era obra almóada (MAIA, M.; MAIA, M.; C. A. T., 2002: 66-80), no entanto, actualmente, considero que ela serviu já de defesa durante os três cercos a que sujeitaram a cidade de Tavira.

As escavações, realizadas na agência do BNU, permitiram não só localizar um grande troço da muralha da cidade como nos permitiu observar e estudar o seu aparelho e técnica de construção.

O forte muro defensivo foi construído em taipa ciclópica correspondente à variante 3 de Bazzana (BAZZANA, A., 1980: 358-360) ou seja, duas faces de alvenaria e um interior constituído por uma amalgama de pedras e forte argamassa de cal e areia. Aquele autor afirma que este tipo de aparelho é típico do século XII, principalmente do período almóada.

Foi levado por essa classificação que atribuí a construção da grossa muralha de Tavira àquela época.

Mas, embora a taipa ciclópica seja típica do século XII, não tem necessariamente de ser contemporânea do domínio dos almóadas sobre a cidade.

Sabemos que a intervenção almóada na Península Ibérica se inicia em finais de 1146 e que em 1157 os magrebinos reconhecem a autonomia de Tavira, sob a chefia de *al-Wahibi* (KHAWLI, A., 2001 a), após um cerco de dois meses à cidade e que apenas em 1167-68 se dá a sua total submissão.

Os onze anos que medeiam entre a chegada dos almóadas à Península e o momento de conceder a autonomia a Tavira, permitiram que determinadas técnicas fossem assimiladas pelos autóctones. É esse o motivo porque não vejo necessidade de atribuir aos almóadas a construção das muralhas em taipa ciclópica, tanto mais que, em Tavira, eles utilizaram muito mais a taipa militar<sup>16</sup>.

Este último tipo de material de construção é constituído por uma mistura de terra, cal e areia com algumas pedras e material cerâmico, batida entre taipais de madeira. A adição de cal à terra confere-lhe uma extraordinária resistência.

Passarei a descrever o traçado desta muralha na medida em que os conhecimentos actuais o permitem. Iniciei o seu circuito pela antiga agência do Banco Nacional Ultramarino, local onde a identifiqueámos pela primeira vez. Daqui, e seguindo os ponteiros do relógio ela seguiria em direcção à porta de D. Manuel, onde pensamos que terá existido uma abertura anterior, de onde se dirigiria ao castelo. Vimos, em 1997, destruir uma parte desta muralha dentro dos anexos da Pensão do Castelo, durante as obras de reconstrução desse edifício. Mais a cima é ainda possível observar um outro troço desta construção defensiva que sai de uma construção de época mais recente (Fig. nº 3) e se vai adoçar ao Castelo na sua face Leste.

Partindo do Castelo o seu traçado seria semelhante ao que propomos para o período almorávida, ou seja, descia junto à actual igreja de Santiago seguindo na direcção do Largo da Porta do Postigo de onde passaria entre a Rua António Viegas e o Convento da Graça, onde ainda hoje se pode observar uma forte muralha em taipa ciclópica que vai até à actual Torre da Vigia, esta de construção portuguesa.

Esta cerca defensiva seguia depois ao longo da encosta, sobre a Bela Fria, virava de seguida sobre a margem do rio, correndo pelo Largo do Parguinho até ao Terreiro da Vila, onde existiria uma porta, e daqui até à Praça da República, onde por um pano destruído na década de 50 do século XX, ligaria ao troço posto a descoberto na agência do Banco Nacional Ultramarino.

Para além das portas já referidas, uma no local onde se situa a de D. Manuel e a do Terreiro da Vila, existiriam mais duas que lhes ficavam opostas, uma a dos Pelames (MAIA, M.; MAIA, M.; C. A. T., 2002: 66-80; 72) e outra no Largo da Porta do Postigo. Este conjunto de quatro portas em oposição de duas a duas, definiam dois eixos, ainda hoje visíveis na topografia da cidade, e que conferiam à urbe um traçado hipodâmico.

Muito possivelmente existiria, ainda em data anterior ao domínio almóada da cidade, uma outra porta

na Calçada de Santa Maria, a da Bela Fria, porta de que existem testemunhos documentais (ANICA, A. C., 1993: 73) e vestígios arqueológicos.

Entre aquela calçada e a torre da Vigia existe o que resta de um passadiço de torre albarrã (Fig. nº 4), construída em taipa ciclópica e, na direcção do rio, um outro passadiço de grandes dimensões indicia a existência de outra torre do mesmo tipo. Estas duas estruturas defenderiam uma porta que abria para a estrada que, vinda desde Castro Marim, se dirigia a Faro, depois de cruzar a ponte sobre o Gilão<sup>17</sup>.

Pode, ainda, levantar-se a hipótese de ter existido uma outra porta junto do castelo, ao cimo da Calçada dos Sete Cavaleiros. Desconhece-se que torres faziam parte deste muro defensivo.

Não é de todo impossível que tenha existido uma torre, no fundo da Calçada dos Sete Cavaleiros, na esquina do pequeno largo aí existente com a Igreja de Santiago. É nossa convicção de que no local onde se situa o baptistério se ergueria uma torre da muralha que defenderia esta estrutura defensiva de ataques vindos da zona Sul da colina de Santa Maria.

É sabido que com o avanço da conquista portuguesa e a consolidação da linha do Tejo com a tomada de Santarém, Lisboa, Almada e Palmela e, pouco depois, com o domínio de Alcácer do Sal e do curso do Sado, muitos dos membros das mais ricas e poderosas famílias dessas cidades se deslocaram para as cidades do litoral Sul, muito especialmente para Tavira (KHAWLI, A., 2001 a). Penso que este conjunto de personalidades que aqui se instalou terá sido a origem da *República Independente* a que as fontes islâmicas coevas, favoráveis ao poder almóada, apelidam de covil de renegados e piratas. Muito possivelmente tratar-se-ia de um grupo de comerciantes e armadores que fariam do curso no Golfo de Cádiz e talvez até no Mediterrâneo Ocidental, a sua actividade económica principal<sup>18</sup>.

Este tipo de indivíduos dificilmente se instalaria numa cidade não provida de estruturas defensivas bem construídas pese embora a força naval que possuía.

### A Fortificação Almóada

O último alargamento da cintura defensiva islâmica de Tavira é posterior à submissão ao poder almóada.

Trata-se de toda a zona que saindo do local onde hoje se ergue a igreja de Santiago e que a tradição diz ser o da antiga mesquita menor, seguiria praticamente a direito até à actual Rua dos Mouros, próximo do cruzamento com a Rua Miguel Bombarda. Deste ponto seguiria até ao início da actual Rua da Porta do Postigo onde entroncaria no troço pré-existente. Esta zona é aquela em que a taipa militar, característica do período almóada é utilizada e por isso a classifico dessa época.

No mesmo período, após a submissão de Tavira, o poder almóada terá procedido a obras de restauro e reforço das muralhas. É dessa época que datará a maior parte das torres ainda hoje existentes e pelo menos uma destruída nos finais do século XIX.

Iniciarei a sua enumeração pelas torres albarrãs.

Em primeiro lugar há que referir a única albarrã existente, a do Castelo. Trabalhos realizados pela Câmara Municipal de Tavira, em 1997, obra destinada a abrir um novo acesso ao Castelo partindo da rua da Liberdade, puseram a descoberto a enorme base desta obra defensiva (Fig. nº 5) e ao mesmo tempo permitiram constatar que a torre não é de alvenaria mas sim de taipa militar revestida a silharia. Outra torre deste tipo terá existido no lado oposto da cidade virada para o actual largo do Cano. Desta construção, de que se ignora a data da sua destruição, resta parte do passadiço em taipa ciclópica (MAIA, M.; MAIA, M. C. A. T., 2002).

Durante umas obras de restauro do pano da muralha sobranceiro à Rua de Trás dos Muros<sup>19</sup>, tivemos oportunidade de, no ano de 2001, fazer pequenas sondagens que nos permitiram localizar mais um grande passadiço do que pensamos seria outra torre albarrã que, com a anteriormente descrita guardaria a Porta da Vila Fria, entrada da cidade a partir da via romana que por aqui passava.

Esta sondagem, destinada a localizar os vestígios da porta anteriormente mencionada, teve de ser interrompida devido ao mau tempo o que não permitiu identificar a base da torre albarrã que aí se ergueria.

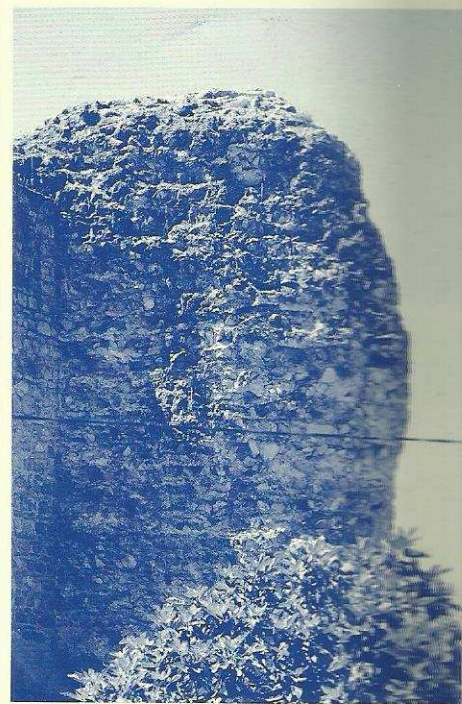
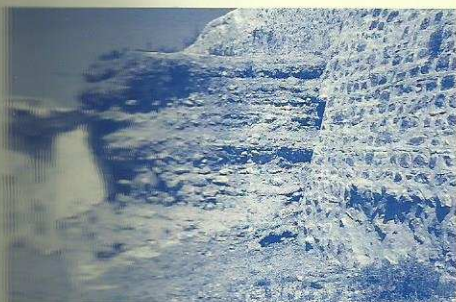
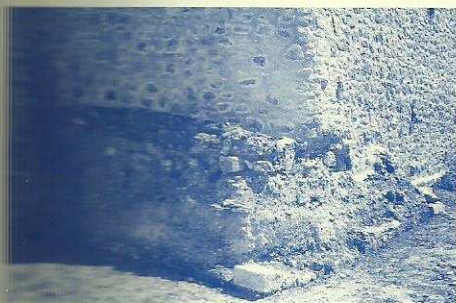


Figura nº 4



Figura nº 5



Outra construção deste tipo existiu e está documentada fotograficamente<sup>20</sup>, uns metros a jusante da Ponte chamada romana, na actual Praça da República.

Existem ainda outras torres datáveis do período almóada que passarei a enumerar.

Começarei por mencionar os vestígios por nós postos a descoberto em 1996, durante a primeira campanha de escavações na agência do extinto Banco Nacional Ultramarino, na Praça da República. Esta torre, de que resta apenas o seu perfil Leste, foi destruída, recentemente, aquando da construção do edifício que faz esquina entre esta Praça e a Calçada da Galeria.

A existência desta construção, neste local, leva-me a pensar que a porta dita de D. Manuel estará construída sobre uma anterior, defendida pela torre referida e por outra que poderia ter existido um pouco mais para Oeste, possivelmente uma construção em taipa ciclópica que vi destruir em 1997 (MAIA, M.; MAIA, M.; C. A. T., 2002).

Pouco se sabe sobre as torres existentes na zona das traseiras da Rua dos Mouros. Situada dentro de edifícios recentes ou em quintais a eles pertencentes, não tenho conhecimento directo sobre o seu aparelho e cronologia ainda que admita a hipótese de serem do mesmo período.

A Torre da Vigia estará, ao que julgo, construída sobre uma antiga edificação almóada.

Por último referirei as torres existentes na Rua de Trás dos Muros. As referidas obras de restauro levadas a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, permitiram ter uma nova visão sobre estas edificações.

Trata-se de duas torres, em taipa militar, com a base em taipa ciclópica e silharia e seriam ambas revestidas a pedra.

Actualmente as ditas torres estão, em grande parte, embebidas na muralha abaluartada existente nesta zona (Figs. nº 6 e 7).

Terminarei praticamente como iniciei este texto: grande parte do exposto baseia-se nos dados recolhidos no decurso de trabalhos arqueológicos, parte na análise da topografia da cidade uma pequena parte é conjectural. Futuros trabalhos arqueológicos poderão confirmar ou obrigar a rever muitas das hipóteses levantadas.

## Notas

<sup>1</sup> Ahmed Tahiri, ver trabalho no presente catálogo

<sup>2</sup> Segundo informação do Prof. Ahmed Tahiri esta localidade é frequentemente citada na documentação marroquina.

<sup>3</sup> Agradeço à Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Alice Fernandes a informação sobre a evolução do antropónimo Julianus para Gilão.

<sup>4</sup> O facto de não se conhecer a sede do seu episcopado pode conduzir nos a esta conclusão, tanto mais que se sabe ser notável a comunidade moçárabe desta região.

<sup>5</sup> Após as cheias de 1989 que derrubaram parte da ponte dita romana trabalhos arqueológicos levados a cabo pelo IPPAR, dirigidos pelo Dr. Rui Parreira, demonstraram que nada na construção deste monumento denuncia uma origem romana.

<sup>6</sup> Esta fortificação teria alicerces e uma base em pedra de que, em alguns pontos, se nota o aparelho espinhado e a muralha seria em taipa simples, não a taipa militar típica do período almóada. Este tipo de taipa chamou aliás, a atenção do coronel engenheiro José de Sande Vasconcellos que, nos finais do século XVIII afirma em nota à planta do Castelo de Tavira: *as torres são de terra revestidas de alvenaria: o interior das muralhas também é de terra e cascalho: com o mesmo revestimento de alvenaria*. Cfr. planta do Castelo de Tavira publicada como apêndice à obra de VASCONCELOS, D. A. de B., 1999.

Em pontos onde essa alvenaria está destruída vê-se perfeitamente uma taipa encarniçada de muito má qualidade, não se trata de taipa militar em cuja constituição entra a cal.

<sup>7</sup> Agradeço ao Dr. Luis Fraga da Silva todo o trabalho que vem desenvolvendo nesta área e as preciosas informações que me tem fornecido.

<sup>8</sup> Um forte paredão existente na face Leste da Igreja parece ser o que resta desta primitiva construção defensiva.

<sup>9</sup> A própria existência da torre albarrã no castelo demonstra que a muralha não poderia passar para fora daquela construção.

<sup>10</sup> J. D. Garcia Domingues "Tavira na época árabe" Neste mesmo Catálogo.

<sup>11</sup> *Idem op. cit.*

- <sup>12</sup> *Idem, op. cit.*
- <sup>13</sup> Garcia Domingues, *op cit*
- <sup>14</sup> Caso de um prato com o fundo esmaltado e decoração fitomórfica a *corda seca total* e de outro, também esmaltado, cujo centro é ocupado por uma inscrição a manganês.
- <sup>15</sup> A destruição de um bairro para construir uma muralha faz pensar, de imediato, na urgência dessa construção, recorda a edificação precipitada das estruturas defensivas romanas do século III, que cortaram casas e deixaram zonas inteiras das cidades fora das estruturas defensivas. A destruição deste bairro ribeirinho revela uma grande urgência no alargamento da cintura defensiva, talvez a ameaça almóada, e não uma programação feita atempadamente.
- <sup>16</sup> As muralhas foram, na realidade, um factor muito importante na resistência às forças almóadas, porém, também Mértola tinha uma posição quase inexpugnável e fortíssimas muralhas e não resistiu a um único cerco das forças magrebina. Tavira tinha uma enorme vantagem sobre a praça do Guadiana, dentro de muros havia nascentes de água enquanto que em Mértola tinham que recorrer à água do rio, extraída e elevada por uma gigantesca nora. Cfr. ALMEIDA, D. F., 1976: 295-300.
- <sup>17</sup> Em relação a estas torres albarrãs e à sua cronologia levanta-se um problema: o tipo de aparelho dos passadiços, em taipa ciclópica, parece indiciar uma cronologia idêntica à da restante muralha do século XII, ainda que, em relação a Tavira, seja pré-almóada. Os autores consagrados, porém, defendem que as primeiras torres, deste tipo, conhecidas são contemporâneas da dominação dos almóadas e nunca anteriores a 1168. Cfr. TORRES BALBÁS, L.: pp. 216-220, p. 219. Cfr. TERRASSE, H., 1954: p. 24.
- <sup>18</sup> J. D. Garcia Domingues "Tavira na época árabe", publicado neste Catálogo
- <sup>19</sup> Na realidade o pano de muro visível nesta zona, e que foi obra de grande e dispendioso restauro, não pertence à muralha tratando-se, na realidade, de um muro de suporte de terras do quintal que se localiza por detrás. Nesse quintal e a razoável distancia do muro restaurado, completamente soterrada, corre a muralha islâmica.
- <sup>20</sup> Cfr. a obra de Damião Augusto de Brito Vasconcelos já mencionada.

## Bibliografia

- ALMEIDA, D. F. (1976) - "As ruínas da chamada ponte Romana de Mértola (Portugal)", in: *Madrider Mitteilungen*, 17, Heidelberg.
- ANICA, A. C. (1993) - *Tavira e o seu termo*. Câmara Municipal de Tavira.
- BAZZANA, A. (1980) - "Eléments d'archéologie musulmane dans l'Al-Andalus. Caractères spécifiques de l'architecture militaire arabe de la région valencienne", in: *Al-Qantara*, I, CSIC, Madrid.
- DIAS, M. M. A. (1999) - "Sobre o epitáfio de Juliano, Bispo (Cacela, 987 d.C.)", in: *Arqueologia Medieval*, 6, Mértola.
- KHAWLI, A. (2001 a) - "Le Garb al-Andalus à l'Époque des secondes taifas (539-552/1144-1157)", in: *Arqueologia Medieval*, 7, Mértola.
- KHAWLI, A. (2001 b) - "Um quirát de Ibn Casi cunhado em Mértola", in: *Mértola*, 3, Mértola.
- MAIA, M. G. P. (1999) - *Lendas das Mouras Encantadas de Tavira*, Catálogo da Exposição, Tavira.
- MAIA, M. G. P. (1999/2000) - "Tavira Fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio", in: *Fenícios y Territorio. Actas do II Seminario sobre temas Fenícios*, Alicante.
- MAIA, M. G. P. (2000, em publicação) - "O Vaso de Tavira e o seu contexto", in: *Actas do Colóquio Internacional sobre Portugal, Espanha e Marrocos. O Mediterrâneo e o Atlântico*, Faro.
- MAIA, M.; MAIA, M.; C. A. T. (2002) - "As muralhas medievais e post medievais de Tavira", in: *Património Islâmico dos centros urbanos do Algarve. Contributos para o futuro*, Faro.
- TERASSE, H. (1954) - *Les Forteresses de l'Espagne Musulmane*, Madrid.
- TORRES BALBÁS - "Las torres Albarranas", in: *Al-Andalus*, vol. II, fasc. I.
- VASCONCELOS, D. A. de B. (1999) - *Notícias Históricas de Tavira*.